

Ciências humanas e a esfera pública: uma perspectiva pragmática¹

Humanities and the Public Sphere: a Pragmatic Perspective

Jef Verschueren²

DOI: 10.19177/memorare.v7e220207-26

Resumo: Este artigo parte das observações de que (i) todo uso de linguagem combina, inevitavelmente, significado explícito e implícito e (ii) todas as línguas têm meios estruturais à sua disposição para marcar significado implícito. Isso parece uma espécie de paradoxo pragmático: se é possível falar sobre “marcadores de implicatura” (um nome geral para todas as construções tradicionais portadoras de pressupostos e implicações, assim como de estratégias geradoras de implicaturas), estamos ainda lidando com implicatura? Adicionalmente, que (i) implicatura absoluta não existe (na medida em que existe, não podemos dizer nada sobre ela), (ii) explicatura e implicatura não são, portanto, opostos absolutos, e (iii) no grau em que a explicatura de marcadores de implicatura (ou “gatilhos” para processos inferenciais que levam a uma compreensão de significado não explicitamente declarado) é bastante variável, buscar-se-á uma solução descritiva e explicativa ao problema do aparente paradoxo em uma matriz tridimensional para explicar a implicatura.

Palavras-Chave: Linguagem. Pragmática. Linguística.

Abstract: This paper starts from the observations that (i) all language use inevitably combines explicit and implicit meaning, and (ii) all languages have structural means at their disposal to mark implicit meaning. This seems to create a kind of pragmatic paradox: if one can talk about “markers of implicitness” (a cover term for all the traditional presupposition- and implication-carrying constructions as well as implicature-generating strategies), are we dealing with implicitness? Furthermore (i) that absolute implicitness does not exist (to the extent that it does exist, we cannot say anything about it) (ii) that explicitness and implicitness are therefore not absolute opposites, and (iii) that the degree of explicitness of markers of implicitness (or “triggers” for inferential processes leading to an understanding of non-explicitly-stated meaning) is quite variable, a descriptive and explanatory solution to the problem of the apparent paradox will be sought in a three-dimensional matrix to account for implicitness.

Keywords: Language. Pragmatics. Linguistics.

¹ Tradução de Marco Aurélio Bittencourt de Oliveira Filho, André Luiz de Oliveira Almeida, Fábio Mesquita do artigo original em inglês intitulado *Humanities and the public sphere: a pragmatic perspective*. O texto foi elaborado a partir de uma conferência apresentada ao Departamento de Ciências Humanas da Finnish Society of Sciences and Letters, em Helsinki, no jubileu de seu 175º Simpósio, em 21-22 de outubro de 2013.

² Pós-doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade da Califórnia em Berkeley (2015), Professor Emérito da Universidade da Antuérpia. E-mail: jef.verschueren@uantwerpen.be.

1 Introdução

Em seu livro *The Media and Modernity*,³ John Thompson (1995) sugere uma “reinvenção do conceito de *público*”. Para as “democracias participativas” ou “uma concepção de democracia que trata todos os indivíduos como agentes autônomos capazes de tomar decisões racionais por meio da assimilação de informações e pontos de vista diferentes, e que institucionaliza uma variedade de mecanismos para incorporar julgamentos individuais a processos coletivos de tomada de decisão” (THOMPSON, 1995, p. 255), um conceito de *público* é indispensável. Sem dúvida alguma. Mas por que apelarmos para uma reinvenção ou uma redefinição?

Primeiramente, a noção de esfera pública habermasiana do início da década de 1960 (cf. HABERMAS, 1989) concentra-se em contextos nos quais os cidadãos poderiam discutir e definir posições independentes – e frequentemente críticas – do poder do Estado. Esta noção tem que ser expandida para além do âmbito político, o qual não está diretamente sob o controle estatal e tende a ultrapassar as fronteiras do Estado, como é, atualmente, o caso da maioria das atividades comunicativas e econômicas. O ritmo veloz das mudanças torna as delimitações estruturais conhecidas cada vez mais redundantes. Estados nacionais, idiomas, economias internas, mídia impressa, telecomunicações e discurso público já não se diferenciam com exatidão. O escopo da esfera pública expandiu-se ao nível global, trazendo uma complexidade inédita ao processo de estabelecimento de significados.

Em segundo lugar, as divisões entre público e privado tornaram-se mais difusas. Retomando o tópico anterior e adotando uma expressão de Peter Wagner, um fenômeno central da globalização, mas também com reflexos locais, seria “o enfraquecimento dos significados fornecidos pelos contextos” (2012, p. 168) resultantes de fronteiras difusas ou de estruturas de interpretações– “modernidade líquida”, na verdade (cf. BAUMANN, 2000).

A terceira razão para se reinventar o conceito de público reside no fato que ele não exige mais visibilidade ou copresença. Isso se deve ao desenvolvimento em larga escala dos meios de comunicação, que deram lugar à realidade da “publicização mediada”. Isso já havia ocorrido quando Thompson fez seu apelo em 1995. A aceleração dos avanços nas tecnologias de comunicação quase tornou redundante tal observação duas décadas mais tarde. Assim, há uma esfera pública emergente, em um contexto global, que não remete a comunicação pública a um local facilmente identificável, tampouco a uma única comunidade de fala.⁴

³ Nota dos tradutores: ainda sem tradução em português.

⁴ Tal perspectiva sobre a esfera pública implica adesão a uma visão pluralista de esferas públicas. No entanto, eu evitaria esta forma no plural, pois seria um erro considerar esferas públicas como unidades nitidamente separáveis. O processo de produção do significado é muito dinâmico para permitir a delimitação de entidades estáveis – uma verdade apenas reforçada pelo crescimento da mídia digital (cf. GRIPSRUD; MOE, 2010). A perspectiva utilizada está em sintonia com o atual pensamento sociológico sobre a modernidade, o que permite múltiplas modernidades (EISENSTADT, 2002, 2003), mas rejeita a ideia de que esta pluralidade é baseada em programas civilizacionais e culturais estáveis. Ao contrário, concebe-se a multiplicidade em termos de experiências e interpretações comunicativas divergentes e convergentes (WAGNER, 2012). Wagner clama por uma “sociologia mundial da modernidade”, tendo em vista a realidade das práticas comunicativas da atualidade; Thompson (1995) usa argumentos semelhantes. Assim, visando compreender a esfera pública atual, devemos entender que os processos de significação hoje são, inevitavelmente, mais globais do que locais.

Implícita em tudo que dissemos acima está uma concepção de esfera pública como um *espaço de significado acessível ao público*. Significados gerados comunicativa, interativa e intersubjetivamente formam a própria essência da esfera pública. Assim, como interessados em comunicação **na** esfera pública (cf. WODAK; KOLLER, 2008), deveríamos, efetivamente, olhar para a esfera pública **como** comunicação no contexto de mídias compartilhadas, redes, organizações, instituições, Estados e outras estruturas de aspecto estatal.

A esfera pública pode ser vista como uma arena com intermináveis *disputas sobre significados*. As situações são afetadas por contextos estruturais, mas os agentes humanos, cujas decisões e ações se baseiam em avaliações e disputas sobre significados contextuais, interpretações e possíveis consequências futuras, sempre desempenham algum papel. Isso requer comunicação. Na esfera pública, as interpretações e as decisões têm de ser defendidas, e as ações geralmente requerem legitimação subsequente. Nenhuma questão é resolvida “de uma vez por todas”. Tais disputas sobre significados têm consequências sociais, econômicas e políticas e é por isso que elas merecem atenção especial.

Sugerir que a esfera pública, como arena para disputas sobre significados, deva merecer nossa atenção implica, também, em sugerir que há problemas em potencial. O problema básico pode ser identificado como a utilização de *ideologias* como “*o significado a serviço do poder*” (THOMPSON, 1990, p. 7). As relações sociais na esfera do público e os posicionamentos públicos de pessoas em relação às outras são comumente caracterizadas por relações de dominação. Estas são estabelecidas e mantidas por ideologias subjacentes ao discurso ou à comunicação acessíveis à população. “Ideologia” aqui não remete às grandes escolas de pensamento político, ou aos variados “-ismos” que são tratados como as forças motrizes da história moderna. É um fenômeno mais amplo, que acarreta padrões de significado, recortes interpretativos e aspectos da realidade social. Crenças ideológicas são muitas vezes qualificadas como “senso comum” (isto é, seriam irrefletidamente tomadas como “normal”) e, assim, permeiam a comunicação sem serem questionadas (cf. VERSCHUEREN, 2012). Isso pode orientar as ações de maneiras não perceptíveis. Portanto, precisamos monitorar os desequilíbrios de comunicação relacionados às ideologias que caracterizam as atuais dinâmicas de poder. E isso é particularmente importante para as sociedades que se orgulham de suas origens democráticas, já que autoproclamar-se “democrático” é o caminho mais curto para fugir das discussões fundamentais à democracia.

2 Ciências humanas

É aqui que as ciências humanas entram. Por boas razões, a tendência dominante nas ciências sociais é concentrar-se mais em estruturas de larga escala do que em agência de pequena escala.⁵ O

⁵ Desde que o termo “*Öffentlichkeit*” apareceu na obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, de Habermas (1962) e foi traduzido como “esfera pública” (HABERMAS, 1989), essa noção abstrata relegou a categoria social “Pública” a um papel secundário dos estudos de processos culturais e políticos. O *backgrounding* de agência certamente não era o que Habermas tinha em mente. Posicionamento individual e debate racional estavam no centro de sua visão de uma esfera pública burguesa

resultado deste panorama de pesquisa (amplamente documentado, com a inclusão de repertórios anteriores à cunhagem desse termo por Gripsrud et al. (2011), em sua coletânea de quatro volumes *The Public Sphere*) concentra-se na análise da infraestrutura macrossocial da política, da mídia e das instituições do que na criatividade, especialmente a discursiva ou na produção de ideias e ação crítica com base nelas.

Especificamente, a interdependência estrutural entre as mídias de massa (digital, audiovisual e impressa) e estruturas e processos tanto socioeconômicos como políticos têm sido amplamente estudados, às vezes historicamente (por exemplo, BARKER; BURROWS, 2002), mas, geralmente, de modo sincrônico (por exemplo, DAHLGREN, 1995; MCNAIR, 2000; PRICE, 1995). O enfoque se dá sobre os modos como os meios de comunicação, os quais moldam e guiam a opinião pública, contribuem para as noções de cidadania, identidade nacional e democracia. Processos supranacionais se tornaram o objeto de pesquisa preferido, especialmente em relação a entidades maiores com ambições políticas, tais como a União Europeia, na qual se pode observar as tentativas para criar, ou fazer emergir, uma esfera pública transnacional.⁶

Ao abordar os processos ideológicos como discursivamente gerados e apoiados em hábitos de pensamento que permeiam a esfera pública, o exame minucioso dos processos de criação do significado que pode ser oferecido por disciplinas específicas na área de humanas é uma contribuição valiosa para o que poderia ser chamado de uma “*ecologia da esfera pública*”. Eu uso este conceito por duas razões específicas. Primeiro, ele enfatiza a complexidade de uma esfera pública global como um domínio de significados. Esta complexidade pode ser concebida como um *continuum* dinâmico e multidirecional de processos de significação transportados por uma multiplicidade de linguagens e estilos de comunicação que operam através de uma diversidade de meios de comunicação públicos (impresso, transmitido, digitalizado) no contexto de um amplo leque de redes e instituições.

Em segundo lugar, este tipo de esfera pública complexa, dinâmica e comunicativamente constituída carece de transparência e é facilmente manipulável: disputas de significado mantêm ou estabelecem padrões de dominância. Tais disputas são, naturalmente, conduzidas por intenções individuais e institucionais, mas também devem ser entendidas como parte de uma ecologia pública e global do significado,

como uma arena privada para a atividade pública fora das estruturas do Estado. Ele atribuiu a desintegração do caráter público para o entrelaçamento gradual da sociedade civil e do Estado (o primeiro assumindo o poder público, este último penetrando a esfera privada), para o surgimento de grupos de interesses especiais (incluindo os partidos políticos) no lugar dos interesses e objetivos comuns visando atingir a igualdade de acesso aos instrumentos básicos da razão e da argumentação, e uma dissociação crescente entre os produtores de informação e seus consumidores. Contudo, para ele, a essência da esfera pública, seja em sua forma pura (um tanto idealizada) ou em suas variações tardias, foi a comunicação, uma atividade na qual todos os seres humanos podem se envolver. Esse princípio analítico central explica como o pessimismo de Habermas, ao enfatizar o efeito sufocante da burocratização e da mercantilização, poderia ser contrabalanceado por sua crença positiva no potencial da modernidade como um projeto incompleto (HABERMAS, 1983). Habermas apontou o contínuo impacto potencial do público sobre os processos sociais e políticos por meio de ações comunicativas (HABERMAS, 1979; 1984).

⁶ Para os debates atuais sobre o surgimento de uma esfera pública europeia, transnacionalidade, identidade europeia, novas formas de cidadania, participação política e democracia, ver Giorgi et al. (2006), Koopmans e Staham (2010) e Triandafyllidou et al. (2009).

e, assim, sujeita a restrições ecológicas. Qualquer resultado ou equilíbrio sustentável depende de uma compreensão clara de tais processos; uma ecologia de significado pode, portanto, ser considerada a grande preocupação teórica, e bastante prática também, com vistas a envolver as ciências humanas em análises de processos na esfera pública, tradicionalmente dominados pelas ciências sociais e políticas.⁷

Há dois níveis de envolvimento que podem ser previstos. Por uma questão de conveniência, vou chamá-los de *vista de cima* e de *vista de baixo*. A vista de cima é uma perspectiva crítica à distância de padrões de comunicação que se apresentam atualmente. A partir desta perspectiva, várias observações interessantes podem ser feitas sobre o aparato comunicativo que codetermina como olhamos para o mundo. Ao observar o discurso da mídia e o discurso político em termos de mercado, por exemplo, padrões discursivos interessantes podem ser detectados, indicando que a capacidade humana de reflexividade, essencial para o desenvolvimento da cultura, foi acelerada. Por exemplo, parece que os editores de jornais pararam de decidir o que publicar com base em sua avaliação sobre o que é importante para o conhecimento dos leitores. Em vez disso, agora eles procuram perceber primeiro o que os leitores querem consumir e, em seguida, baseiam suas decisões em um metanível além da reflexividade básica: eles publicam o que eles pensam que o público quer que eles publiquem. Da mesma forma, em condições de tensão eleitoral, o discurso político vem sendo moldado cada vez mais por avaliações que os marqueteiros trazem aos políticos sobre o que seu eleitorado gostaria que eles dissessem.

Muitos exemplos interessantes destes processos poderiam ser dados. Mas este não é o foco do presente trabalho. Por um lado, a vida acadêmica, na área de humanas, como em outras áreas, não parece escapar de mecanismos semelhantes e da vida em um metanível fora de controle. Estamos cada vez mais envolvidos em descobrir como orientar as pesquisas de modo a aumentar as possibilidades de publicações que nos ajudem a marcar o maior número possível de pontos em um jogo que nós rejeitamos publicamente, mas acabamos aceitando em nosso

⁷ O significado tradicional de *ecologia* é aos poucos ampliado por termos como ecologia humana, ecologia social, ecologia cultural, ecologia urbana, ou ecologia pública. As áreas assim designadas focam sobre a posição e o papel dos seres humanos, muitas vezes em relação uns aos outros em ambientes sociais, mas tais contextos estão quase invariavelmente relacionados a um ambiente natural. A “ecologia humana” de Hawley (1950) dá bastante destaque às relações entre as sociedades humanas e seus ambientes; a “ecologia social” de Bookchin (1980) é antes de tudo uma teoria da deterioração ambiental relacionada aos problemas sociais fundamentais; e uma revista como a “Ecology and Society” aborda principalmente os aspectos das ciências naturais em relação à meta socialmente relevante da sustentabilidade. Da mesma forma, “ecologia cultural” era o termo com que Steward (1972) descrevia os processos de adaptação do ser humano a uma diversidade de ambientes físicos, enquanto a “ecologia da mente” de Bateson (1972) enfatiza a unidade entre mente e natureza (mais detalhada posteriormente em um livro com o sugestivo título *Mind and Nature*). Finke (2005) provavelmente se afasta mais do paradigma da natureza através da introdução de uma “ecologia do conhecimento” para descrever a evolução da ciência moderna, permitindo processos culturais relativamente independentes. “Ecologia do Conhecimento” tornou-se também o nome de um movimento preocupado com a gestão do conhecimento na economia contemporânea. Na seara da linguística, “ecologia da linguagem” tende a abordar a vida “natural” de línguas: sua interação com outras línguas (por exemplo, nas mentes bi ou multilinguais), e sua interação com as sociedades em que atuam. De acordo com Haugen (1972: 327), a ecologia linguística “tem sido investigada sob nomes como psicolinguística, etnolinguística, antropologia linguística, sociolinguística e sociologia da linguagem”, e “os linguistas têm se preocupado com isso nas suas pesquisas sobre mudança e variação linguística, linguagens em contato, bilinguismo, e normatização”. É neste sentido que o termo é usado em ENNINGER; HAYNES (Eds.) (1984), MÜHLHÄUSLER (1996), MUFWENE (2001), CALVET (2006) ou em BASTARDAS-BOADA (2012), mantendo-se, assim, basicamente dentro do domínio das dimensões sociais e espaciais da “*linguaging*” (domínio que está amplamente documentado, mesmo sem utilizar esse termo da moda, como por exemplo, em SCHNEIDER; BARRON, 2008 ou AUER; SCHMIDT, 2010).

comportamento, pois não fazê-lo seria prejudicial a todo nosso ambiente acadêmico.

Também, em termos de conteúdo, os argumentos acadêmicos e posicionamentos na área de humanas não estão imunes às influências ideológicas. A linguística é um exemplo óbvio, pois as ideologias linguísticas, que muitas vezes constituem parte integrante de pontos de vista mais amplos da sociedade, podem interferir na observação e análise acadêmica. Deste modo, é fácil observar o grau da diversidade linguística. As línguas não são entidades nitidamente separáveis nem têm fronteiras em qualquer sentido realista do termo. Além disso, os indivíduos não podem ser mapeados por línguas divisíveis. Uma gama de tipos divergentes de multilinguismo caracteriza a maioria das populações do mundo. O comportamento linguístico real mostra vestígios de tudo isso em formas de mistura e alternância. Além do mais, mistura e alternância podem ser termos equivocados pela simples razão de que eles já pressupõem a normalidade das formas “puras”. Mas até mesmo os estudiosos que reconhecem estes fatos podem estar inclinados a falar de maneira normativa sobre a relação entre linguagem e territorialidade.

Um caso a ser apontado é o do meu compatriota, Philippe Van Parijs (2011). Como filósofo social e politicamente engajado ele não pode evitar problemas de linguagem em um país cuja política é fortemente guiada por uma fissura linguística. Embora defenda fortemente o multilinguismo para sua cidade natal, Bruxelas, ele é um forte entusiasta do que denomina “regime linguístico territorial coercitivo” da parte flamenga do país, estabelecendo o holandês (em sua versão flamenga) como a única língua oficial no território flamengo, que deve ser usada em todas as instituições, na educação, na legislação e na vida pública em geral. Essa posição é historicamente baseada no fato de que, tal como outras línguas menos faladas em países europeus (como o basco ou catalão), o holandês na Bélgica estava em risco e foi efetivamente ameaçado por uma língua mais “forte”, no caso o francês.

Por causa do que ele chama de “dinâmica maxi-mini”, a tendência num contexto multilíngue de se escolher o idioma que se supõe ser o mais conhecido pelos membros da população que conhecem menos as línguas comumente compartilhadas, as línguas dominantes, mais suscetíveis de serem aprendidas por muitos, são sempre favorecidas. A justiça linguística, segundo ele, requer uma “paridade de avaliação” que permita às línguas minoritárias se protegerem. Isso poderia ser alcançado com mais eficiência por meio da definição de territórios para as línguas minoritárias. No contexto europeu, isso significaria que o domínio quase completo do inglês como língua franca não seria um problema, desde que para outros idiomas existam áreas em que eles claramente “mandam”. No raciocínio de Van Parijs, isso não corresponde a exigir homogeneidade regional: os indivíduos podem ser multilíngues, as línguas minoritárias podem ser transmitidas, entre gerações, mas os recém-chegados têm de ser introduzidos às ferramentas de comunicação localmente dominantes.

Por que esta digressão? Porque ela serve como exemplo de teorização bastante cuidadosa e elaborada em um campo da área de humanas sobre temas de grande importância social e política que é

ideológica, de maneira a extrair do mundo práticas comunicativas reais. Ela não é ideológica no sentido em que as línguas seriam consideradas espécies a serem protegidas; a manutenção de um tipo específico de diversidade não é o objetivo que Van Parijs pretende atingir, mas um subproduto. O problema se situa precisamente neste tipo resultante de diversidade, priorizando os direitos das línguas que podem ser identificadas histórica e demograficamente com um território específico em favor dos direitos de grandes grupos de recém-chegados geralmente formando comunidades distintas dentro de tal território. Obviamente, há limitações práticas à capacidade do grupo político de sustentar a diversidade linguística. Nem todas as comunidades têm uma forte tendência para a manutenção das línguas, e o incentivo aos esforços coletivos de dominação da língua ou línguas mais relevantes socialmente merece elogios. Porém, os efeitos reais de um regime territorial coercitivo são facilmente ignorados: políticas que se recusam a considerar a realidade duradoura da diversidade linguística, resultando em minorização, acabam criando finalmente um contexto de exclusão e discriminação.

Há um segundo nível de envolvimento, uma vista de baixo. Aqui, o foco está na análise em pequena escala de processos discursivos estabelecidos. De fato, isso deve anteceder a vista a partir de cima, a qual se baseia na análise de discursos específicos. E eu quero defender aqui uma abordagem de um campo das ciências humanas que é mais conhecido como *pragmática linguística*.

3 Pragmática linguística

Vamos recordar que defini a esfera pública como um espaço de significado. Sem mais argumentos em favor dessa posição, permita-me apenas salientar que a definição do ambiente humano em termos de significado não é nenhuma novidade. Os argumentos podem ser facilmente deduzidos a partir da afirmação – já feita por Winch (1958), frequentemente esquecida nas ciências sociais – de que qualquer forma de ação social é “significativa” no sentido em que é interpretada pelos atores nela envolvidos, de modo que a própria ação social não pode ser entendida sem considerar as interpretações dos envolvidos. Também não há nada de novo na observação de que não existe quase nenhuma forma de ação social imaginável, sem discurso ou comunicação, isto é, sem troca verbal ou simbólica de significados. Assim, correndo o risco de ser repetitivo, a esfera pública deve ser estudada como significado.

Lembremo-nos também a minha ênfase nas disputas sobre significação nessa esfera pública e a relação inevitável com ideologias, no sentido de padrões de interpretação que tendem a ser aceitos como senso comum. O significado que permeia o uso da linguagem sem ser questionado é o *significado implícito*, ao contrário do que é dito ou declarado explicitamente. A elaboração do significado na esfera pública, ou em qualquer lugar, é sempre o produto de uma *interação entre o explícito e implícito*. Especialmente em vista das disputas sobre significado, a análise cuidadosa de tais processos na esfera pública é de suma importância. As ferramentas para um tipo de análise sensível à linguagem e ao estilo do significado implícito e seu funcionamento em processos globais de construção de significado são fornecidos pela

pragmática linguística (cf. definição de Östman (1986) da pragmática como a linguística do implícito).⁸

Pragmática, em sentido amplo (cf. VERSCHUEREN, 1999), é a ciência do uso da linguagem de modo interdisciplinar (cognitivo, social, cultural). O ponto de partida (compartilhado com as tendências recentes nas ciências cognitivas; cf. BERGEN, 2012) é que a atividade da mente no uso de linguagem é essencialmente de geração de sentido. Consiste na *realização contínua de escolhas*, não apenas nos vários níveis da estrutura linguística, mas também referente às estratégias de comunicação e até mesmo em nível de contexto. Tomadas de decisões caracterizam tanto a produção quanto a interpretação da linguagem. Elas podem ser um processo ou atividade que ocorre com diferentes graus de automaticidade ou consciência. Embora nem todas as escolhas sejam equivalentes – algumas podem ser mais marcantes do que outras – elas sempre evocam ou trazem consigo suas opções por meio de comparação. Mas a tomada de decisão nunca pode ser evitada e é sempre mediada pelo aparato cognitivo humano delimitado socioculturalmente e estabelecido biologicamente, envolvendo *reflexividade metapragmática* e exercendo influência de monitoramento.

Escolhas linguísticas são possíveis em virtude de três propriedades fundamentais do uso da língua: *variabilidade, negociabilidade e adaptabilidade*. *Variabilidade* define a gama de possibilidades a partir da qual escolhas podem ser feitas. Essa gama por si só não é estável; ela muda através dos contextos e ao longo do tempo e pode ser ativamente alterada pelos usuários de linguagem. *Negociabilidade* leva em conta que as escolhas não são feitas mecanicamente. Não há regras rígidas ou relações fixas entre forma e função. Em vez disso, as escolhas são feitas a partir de princípios e estratégias flexíveis. Essa propriedade é responsável por várias formas de indeterminação de significado, mas, ao mesmo tempo, para o vasto potencial significativo de meios limitados (embora sempre expansíveis). Finalmente, a *adaptabilidade* é o que permite às pessoas fazerem escolhas negociáveis de um leque variável de possibilidades, de tal forma a se aproximarem satisfatoriamente de suas necessidades comunicativas.

A noção de adaptabilidade (desenvolvida em VERSCHUEREN, BRISARD, 2002) une essa teoria da pragmática diretamente às definições de esfera pública e de uma ecologia de significado mencionadas acima. Em termos evolutivos, a adaptação humana básica é uma capacidade altamente desenvolvida de se ajustar a contextos socioculturais. O mundo social, do qual o uso da linguagem é um componente essencial, faz parte do ambiente humano “natural”. Até mesmo a mente humana é essencialmente social (cf. VYGOTSKY, 1978). Ou, para usar a terminologia de Enfield (2010), a “sociabilidade”

⁸ Os linguistas (por exemplo, CHILTON, 2004; SCOLLON, 2008; WODAK; MEYER, 2009 e muitos outros) vêm fornecendo ferramentas interessantes para o estudo do discurso público, muitas vezes buscando objetivos que são semelhantes aos que motivam o meu enquadramento das questões em termos de ecologia. O que eu estou defendendo, porém, é uma base sistemática para uma teoria geral da pragmática. Vários trabalhos anteriores já tomaram uma posição crítica específica em face à realidade política concomitante a um conjunto limitado de ferramentas analíticas. Esta prática segue na trilha de análise de alguns tipos de estudos críticos do discurso (ver VERSCHUEREN, 2001). Respostas práticas às falhas metodológicas do passado podem ser encontradas em Verschueren(2012), em que eu uso um modelo teórico da pragmática para desenvolver procedimentos sistemáticos para a análise do significado na esfera pública. Lá, o foco também está nos significados ideológicos, os quais são conduzidos pela interação entre o implícito e explícito.

humana, uma constelação de capacidades cognitivas de cunho social, está no cerne da linguagem. A linguagem é a principal ferramenta para a ação social e, portanto, para a geração de uma esfera pública. Neste sentido, o estudo empírico do uso da linguagem é fundamental se quisermos compreender a esfera pública e perseguir as questões ecológicas envolvidas.⁹

Mas como podemos dar as contribuições necessárias?

4 Desafios

Há duas características fundamentais referentes à relação entre linguagem implícita e explícita. Primeiramente, todas as línguas (e, provavelmente, todos os enunciados) usam uma combinação de significados formulados implícita e explicitamente. Em segundo lugar, todas as línguas têm meios estruturais à sua disposição para “marcação” (ou “codificação”) do significado implícito. Exemplos de tais “marcadores” ou “portadores” de uma gama de significados implícitos variam de expressões com referentes indeterminados (tais como pronomes pessoais ou advérbios de tempo, cujo conteúdo referencial muda de acordo com o contexto), a itens lexicais semanticamente incompletos (adjetivos como *alto* que levam à pergunta “em que proporção?”), uma grande variedade de palavras e locuções que carregam pressuposições (por exemplo, acusar alguém por algo pressupõe que alguém seja culpado por algo que realmente aconteceu e que o falante avalia isso negativamente), até mesmo nomes de lugares (pressupondo a existência dos lugares nomeados) e implicaturas geradas interacionalmente (por exemplo, a interpretação óbvia de *John tem três filhos* significando que ele tem exatamente três, embora logicamente o enunciado ainda seria verdadeiro caso John tivesse quatro filhos).

De algum modo, um paradoxo pragmático parece emergir. O significado implícito não marcado (ou não codificado) é o único significado implícito? E se o significado implícito não marcado (ou não codificado) for o único significado realmente implícito, ele ainda poderia ser estudado linguisticamente? Este “problema” capta a essência do significado implícito no uso da linguagem e como a pragmática deve abordá-lo. Para a implicatura funcionar, ela deve ser inferida pelos receptores. Isso requer *gatilhos* ou *traços* e estes podem ser identificados e analisados pelos pesquisadores. É por isso que Levinson (2000) descreve “heurísticas” pragmáticas nas quais as inferências e

⁹*Adaptabilidade* pode ser compreendida como a *interadaptabilidade* dinâmica e negociável de formas e funções na produção de significados socioculturalmente situados. Esse conceito, que não propriamente uma noção operacional, leva-nos a definir quatro ângulos de investigação para a pragmática, todos relevantes para se aproximar informações sobre o discurso:

- (i) *correlações contextuais de adaptabilidade* – quais são opções adaptáveis situadas em relação aos estados complexos de assuntos internos (moldados por fatos extralinguísticos, bem como padrões estabelecidos de uso da língua)?
- (ii) *objetos estruturais da adaptabilidade* – em quais níveis da estrutura linguística a escolha acontece?
- (iii) *dinâmica de adaptabilidade* – como podemos explicar o surgimento das relações não determinísticas, mas funcionalmente efetivas entre forma e função?
- (iv) *saliência dos processos de adaptação* – qual é o *status* dos processos de geração de sentido altamente dinâmicos em relação ao aparato cognitivo humano de base biológica social e culturalmente estabelecido?

Em resumo: Contexto e estrutura (os quais estão intimamente relacionados; ver, por exemplo, VERSCHUEREN 2008) formam o *locus* dos processos a serem investigados. Mas o que, em última análise, intriga os pragmaticistas é a dinâmica da geração do significado, isto é, o funcionamento de formas de manifestação do significado em relação à mente humana na sociedade.

interpretações são fundamentadas. Para que a pragmática mantenha seu *status* como modelo de estudo empírico, ela deve recorrer *apenas* a modelos de significados implícitos (i) cujos traços e gatilhos possam ser claramente identificados ou (ii) cuja função possa ser demonstrada sem gatilhos “visíveis”. No caso (i), podemos tanto lidar com significados preferenciais associados a tipos de enunciados ou com desvios de tais significados preferenciais trazidos por instâncias específicas dos enunciados. No caso (ii) devemos estabelecer o modo pelo qual um excerto de um discurso constrói claramente uma interpretação específica de uma escolha linguística prévia, mesmo que essa escolha seja vaga ou potencialmente ambígua.

Essa é uma questão metodológica muito relevante em geral. Mas quais são os desafios mais específicos que encaramos em relação ao tema deste artigo, notadamente sobre a criação do significado na esfera pública?

A complexidade de qualquer esfera pública como um campo de batalhas sobre significação decorre, sem dúvida, do entrelaçamento não transparente (isto é, costumeiro) dos níveis explícitos e implícitos do significado. Este é simplesmente um fenômeno alinhado com a primeira característica básica da linguagem que mencionamos. Portanto, descritivamente, o problema é o mesmo para qualquer exemplo de uso da linguagem.

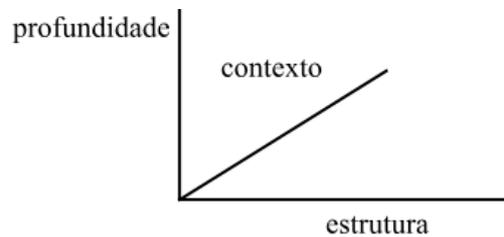
Um desafio mais específico surge da combinação de (1) uma esfera pública redefinida como um fenômeno global emergente a ser examinado em seu estado de expansão, mediado e em estado líquido, e (2) o segundo de um conjunto de traços característicos da linguagem que nós mencionamos. Em outras palavras, complexidade também resulta do fato *que a escala de explícito-implícito está apoiada de forma diferente em línguas e estilos comunicativos diferentes*. Efetivamente, isso quer dizer que, quando o mesmo evento ou estado de coisas é descrito em diferentes línguas ou em diferentes comunidades e mesmo quando nenhuma tentativa consciente é feita para contar uma história diferente, podem surgir cenários de significação bem distintos.

Vou tentar esclarecer este ponto fazendo uso de uma matriz tridimensional descritiva que pode ser usada para explicar implicatura.¹⁰ Embora aqui não haja espaço para discutir minuciosamente as propriedades específicas dessa matriz, devo identificar rapidamente os pressupostos subjacentes. O primeiro pressuposto é que implicatura-explicatura não é uma dicotomia, mas uma distinção gradual. Nem todo significado implícito é igualmente implícito. Assim, há uma dimensão de “profundidade”, determinada pela saliência, acessibilidade e custos de processamento relacionados aos portadores específicos de significados implícitos. O segundo é que a gradação não é unidimensional, no sentido de que os fenômenos linguísticos específicos poderiam ser bem localizados ao longo de um único eixo implícito-explícito. De um lado, há também a interação estratégica local entre um portador de significado implícito e seu ambiente linguístico e o contexto não linguístico. Isso significa que as

¹⁰ Para uma leitura um pouco mais explícita sobre esta abordagem, ver Verschueren(2013).

dimensões de “estrutura” e “contexto” estão também envolvidas, produzindo a matriz tridimensional na Figura 1.

Figura 1: Três dimensões da implicatura



Fonte: o Autor (2016, p. 9).

Em princípio, essas três dimensões devem nos permitir traçar panoramas de significados. Na prática isso é muito mais difícil, e não seria um eufemismo dizer que, neste momento, só posso fazê-lo de forma intuitiva. Sem dúvida, “profundidade” pode ser mensurada de alguma forma; por exemplo, avanços significativos foram feitos na pragmática experimental que nos permitem fazer a distinção entre tipos de implicaturas conversacionais generalizadas em termos de tempo de processamento e esforço (DORAN et al., 2012); mas este tipo de trabalho está disponível apenas para um conjunto muito restrito de fenômenos. Provavelmente, “estrutura” é a dimensão mais fácil, já que o lócus estrutural de um gatilho de sentido pode ser descrito em termos de categorias linguísticas bem estabelecidas. “Contexto” é, novamente, um pouco mais complicado, uma vez que os elementos relevantes são determinados em ocasiões específicas pelos campos de visão ou os pontos de orientação assumidos pelos interlocutores.

Entretanto, permitam-me tentar ilustrar o modelo preliminarmente, usando dados que devem, ao mesmo tempo, ilustrar o surgimento de variações intertextuais em panoramas de significado e sua importância para a compreensão do surgimento da esfera pública globalizada.

Vou usar as versões preliminares do texto do tratado que foi aprovado pela Convenção Europeia em 2004 para a Constituição da União Europeia de 2003 (cf. CONVENÇÃO EUROPEIA, 2003).¹¹ O texto foi escrito originalmente em onze línguas oficiais dos países da União Europeia anteriores a 2004 e sua posterior expansão: dinamarquês, holandês, inglês, finlandês, francês, alemão, grego, italiano, português, espanhol e sueco. Vou restringir minhas observações a apenas algumas delas. O apelo do exemplo é que estamos lidando, em nível internacional, com o que estava destinado a ser um texto único com potencial de significado global que deveria se equivaler nas diferentes versões de cada língua. A minha pergunta é: será que essas versões representam panoramas de significados idênticos?

¹¹ Fui inspirado a usar este exemplo a partir de um texto de duas páginas sobre o tema recebido de Stella Ghervas (GHERVAS, 2004, também citada em GHERVAS, 2012). Ela deve ser devidamente citada por sua contribuição a este artigo, mas eu assumo a responsabilidade pelas análises feitas.

Há, realmente, um alto grau de equivalência. No entanto, as diferenças já surgem no TÍTULO, onde encontramos pelo menos três tons de divergência de significado. Um deles está representado nas versões em inglês, francês e italiano:

Draft Treaty **establishing** a Constitution for Europe

Projet de Traité **établissant** une Constitution pour l'Europe

Progetto di Trattato **che istituisce** una Costituzione per l'Europa

Aqui as formas verbais implicam em factividade resultativa da ação descrita. Há uma ênfase um pouco diferente na versão em holandês:

Ontwerp-verdrag **tot vaststelling van** een Grondwet voor Europa

Aqui, a relação entre o projeto do tratado e a constituição é igualmente resultativa como nas três primeiras versões, mas o uso de um substantivo deverbal, ao invés de uma forma verbal direta, em combinação com uma preposição direcional transforma a factividade resultativa em uma meta resultativa. A versão em espanhol, embora pareça muito diferente na superfície, traz basicamente as mesmas implicações:

Proyecto de Tratado **por el que se instituye** una Constitución para Europa

Aqui, a utilização de um adjunto causal em combinação com a passiva reflexiva também define uma meta resultante de um processo com agência arbitrária ou difusa. Compare com o alemão:

Entwurf Vertrag **über** eine Verfassung für Europa

Aqui, a relação entre o tratado e constituição não comporta qualquer forma de agentividade. Há meramente uma relação temática pressupondo uma forma de factividade simples para a constituição.

Descrevendo essas diferenças em termos da nossa matriz tridimensional, podemos identificar facilmente o nível estrutural em que encontramos os gatilhos para as diferenças de sentido sobre as quais falávamos. Embora as formas atuais sejam diferentes (formas verbais, um substantivo deverbal, uma preposição, um adjunto causal) suas funções estruturais são semelhantes. Por falta de um termo melhor, vamos denominá-los “marcadores relacionais”, ou ainda “X-relação-Y”.

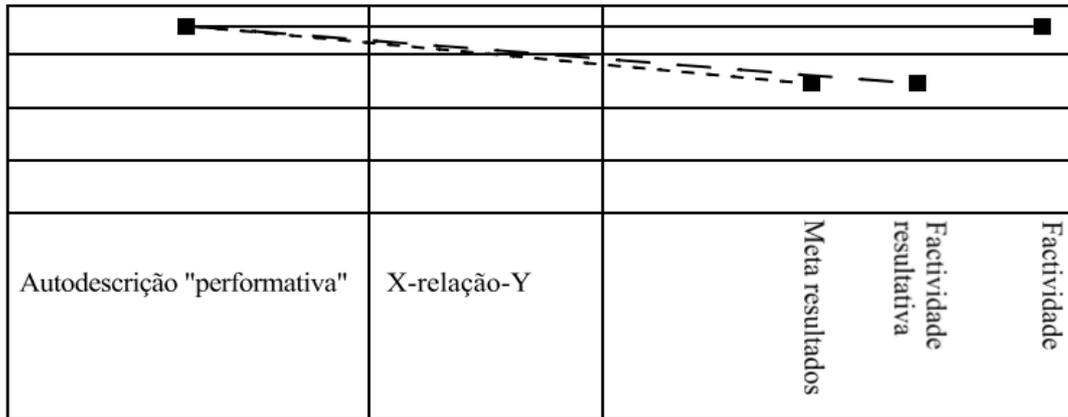
Os significados implícitos que descrevemos estão todos ligados a pontos específicos em um parâmetro contextual: factividade significa existência no “mundo”, que pode ser pré-existente ou resultativa; e as metas estão relacionadas ao envolvimento das pessoas nos processos de comunicação disponíveis.

Avaliar a profundidade de implicatura é mais difícil e continua a ser altamente intuitivo. Mas a factividade sugerida na sentença em alemão não exige muito esforço de processamento. Factividade resultativa e meta resultativa estão um pouco mais longe da superfície daquilo que é dito literalmente, senão por outro motivo, porque eles são mais suscetíveis a uma negação de intenções. Distinguindo dois níveis intuitivos de profundidade, portanto, gostaríamos de colocar o alemão no nível superior (mais próximo à superfície), e todos os demais em um nível mais profundo.

Visualizando isso, obtemos o seguinte panorama de combinações de divergência de significados no título do projeto do tratado:

(E)	Draft Treaty	<i>establishing</i>	a Constitution for Europe
(F)	Projet de Traité	<i>établissant</i>	une Constitution pour l'Europe
(I)	Progetto di Trattato	<i>che istituisce</i>	una Costituzione per l'Europa
(D)	Ontwerp-verdrag	<i>tot vaststelling van</i>	een Grondwet voor Europa
(S)	Proyecto de Tratado	<i>por el que se instituye</i>	una Constitución para Europa
(G)	Entwurf Vertrag	<i>über</i>	eine Verfassung für Europa

Tabela 1: Divergência de significados no título



Inglês, francês, italiano — — —
 Holandês, espanhol - - - - -
 Alemão —————

Fonte: o Autor (2016, p. 11).

Passando do título ao PREFÁCIO do texto, vemos que ele termina com uma frase que incorpora dois turnos interessantes:

[...] **in the hope that** it [this text] will constitute the foundation of a future Treaty establishing **the** European Constitution.

[...] **en souhaitant qu'**il constitue le fondement d'un future Traité établissant **la** Constitution européenne.

[...] **auspicando che** esso costituisca il fondamento di un futuro trattato che istituisce **la** Costituzione europea.

[...] **in der Hoffnung [...]** **dass** er das Fundament eines künftiges Vertrags über **die** Europäische Verfassung darstellen wird.

[...] **daarbij de wens uitsprekend** dat hij als grondslag dient vooreen toekomstig verdrag tot vaststelling van **de** Europese grondwet.

[...] **con el deseo de** que constituya el fundamento de un futuro Tratado *por el que se instituye* **la** Constitución Europea.

Em primeiro lugar, as orações subordinadas contextualizadas dos textos citados convergem a um novo componente, volição, de uma forma totalmente explícita; nenhum esforço de processamento é necessário além da interpretação do significado literal. Em segundo, existe também um movimento na direção da factividade do título em alemão transformando o artigo indefinido que acompanha "Constituição" em definido. É incerto se este elemento do significado é facilmente

percebido, visto que “a Constituição Europeia” é concomitante a “**um** futuro Tratado”. Portanto, há um certo custo de processamento envolvido. Mas o fato de que se espera que a definitude/factividade entre na interpretação torna-se claro quando, em 2004, em meio a uma crescente controvérsia, os textos de tratados definitivos foram apresentados para aprovação e em todos os lugares o artigo definido foi novamente substituído por um artigo indefinido. Aqui parece que não houve nenhuma variação no padrão.

Entramos em um jogo totalmente diferente no preâmbulo do projeto do tratado, o qual começa com um LEMA extraído de Tucídides (II, 37):

Χρόμεθα γὰρ πολιτεία... καὶ ὄνομα μὲν διατομῆς ὀλίγουσάλλ' ἔς πλείονας οἰκεινδημοκρατία κέκληται.

Confira as diferentes traduções que essa frase recebeu:

Our Constitution...is called a **democracy** because **power is in the hands not of** a minority **but of** the greatest number.

Notre Constitution... est appelée **démocratie** parce que **le pouvoir est entre les mains non d'**une minorité, **mais du** plus grand nombre.

La nostra Costituzione... si chiama **democrazia** perché **il potere non è nelle mani di** pochi, **ma dei** più.

Nuestra Constitución... se llama **democracia** porque **el poder ni está en manos de** unos pocos **sino de** la mayoría.

Onze constitutie... wordt **democratisch** genoemd, omdat **de macht niet in handen is van** een minderheid, **maar van** de grootstmogelijkmeerderheid.

A despeito da escolha do substantivo “democracia” em inglês, francês, italiano e espanhol ao invés do adjetivo “democrático” em holandês, todos são altamente compatíveis. Democracia é definida em termos de quem detém o poder na sociedade. Cidadãos, por consequência, são identificados como agentes ativos. Na versão alemã, este não é o caso:

Die Verfassung, die wir haben ... heisst **Demokratie**, weil **der Staat nicht auf** wenige Bürger, **sondern auf** die Mehrheit **ausgerichtet** ist.

Aqui a noção de poder (“Macht”) é completamente evitada, e uma estrutura (sem dúvida poderosa) a substitui, ou seja, o Estado. Além disso, as pessoas não estão envolvidas ativamente, elas são orientadas pelos atos do Estado. Essa não é uma distinção corriqueira. Podemos apenas especular sobre as razões dessa diferença de ênfase. Talvez o “Macht” alemão seja evitado para afastar possíveis estruturas com conotações totalitárias. Mas, curiosamente, o efeito é que a estrutura que substitui a expressão “poder” torna-se um agente em seu próprio direito que orienta a maioria de forma distinta, enquanto a formulação nas outras línguas deixa em aberto a possibilidade de uma participação majoritária no poder orientada a todos na sociedade sem distinções.

As diferenças localizam-se no nível estrutural da escolha lexical e na fraseologia. As implicações contextuais correspondentes estão relacionadas a uma diferença ideológica entre “poder nas mãos do povo” (abreviado como “poder/povo” na Tabela 2, abaixo) e “pessoas

nas mãos do Estado” (ou “pessoas/Estado”). Em termos de processamento, o primeiro pode ser percebido perto da superfície do que é dito (a camada superior na Tabela 2), enquanto o último requer domínio de um conhecimento mais profundo e contém elementos sérios de possíveis disputas (consequentemente colocada três níveis abaixo).

O PREÂMBULO especifica ainda uma série de características europeias incorporadas como o cenário em que o projeto de Constituição deve ser interpretado. Uma delas é elaborada da seguinte forma:

[...] while remaining proud of **their own national identities and history**, the people of Europe are determined to transcend their ancient divisions and, united ever more closely, **to forge a common destiny**

[...] que les peuples de l'Europe, tout en restant fiers de **leur identité et de leur histoire nationale**, sont résolus à dépasser leurs anciennes divisions et, unis d'une manière sans cesse plus étroite, **à forger leur destin commun**

[...] che i popoli dell'Europa, pur restando fieri della **loro identità e della loro storia nazionale**, sono decisi a superare le antiche divisioni e, uniti in modo sempre più stretto, **a forgiare il loro comune destino**

[...] que los pueblos de Europa, sin dejar de sentirse orgullosos de **su identidad y de su historia nacional**, están resueltos de superar sus antiguas divisiones y, cada vez más estrechamente unidos, **a forjar un destino común**

[...] dat de volkeren van Europa, ook al zijnzijtrotsop **hun identiteit en hun nationale geschiedenis**, vastbesloten zijn hun oudetegenstellingen te overwinnen, en, steeds hechter verenigd, **vorm te geven aan hun gemeenschappelijk lotsbestemming**

[...] das die Völker Europas, wiewohl stolz auf **ihre nationale Identität und Geschichte**, entschlossen sind, die alten Trennungen zu überwinden und immer enger vereint **ihre Schicksalsgemeinschaft zu gestalten**

Não pretendo me debruçar sobre as possíveis implicações às referências a respeito de identidade nacional e história. Alguém poderia perguntar por que a versão em inglês é a única a usar “identidades” no plural ou por que a versão holandesa une o adjetivo “nacional” a “história”, enquanto a versão alemã o conecta com “identidade” (ou, mais provavelmente, a “identidade e história”, cuja interpretação também é a mais provável para a maioria das outras versões). Estes tipos de divergência devem simplesmente ser atribuídos às propriedades das línguas e também, talvez, às interferências (no sentido de que, por exemplo, a versão em holandês pode ter tomado a francesa como base, levando à interpretação conectando “nacional” à “história”, enquanto uma interpretação conectando a ambos “identidade” e “história” é também plausível).

O que é mais interessante nos excertos citados é o final, a maneira pela qual o forjamento de um destino comum é descrito. Existem três versões diferentes:

- a inglesa e espanhola forjam “um” destino comum, o que implica claramente que o destino comum ainda não é um fato, mas é o objetivo ao qual se destina a atividade de forjar

sentido nos panoramas que envolvem assuntos de vital interesse público, sem dúvida produzem efeitos significativos.

5 Perspectivas

Imagine o que acontece com textos que lidam comparativamente com eventos no mundo sem a pretensão de serem versões do mesmo texto. Este é o conteúdo com que uma esfera pública globalizada é preenchida até a borda. Isso significa que, apesar da facilidade de comunicação mundial e o acesso à informação, as interpretações de repertórios e histórias e os pontos de vista nos quais as decisões são baseadas variam muito. Assim, universos paralelos são criados e permanecem escondidos sob a ilusão de acessibilidade interligada e transparência. Por isso, futuramente, deveríamos encontrar maneiras de compreender estas variações e meios para educar as pessoas para a consciência dos processos envolvidos. Amadurecer as pesquisas nas ciências do uso da linguagem pode contribuir para estes esforços de maneira inédita.

Referências

- AUER, P; SCHMIDT, J. E. (Eds.). **Language and Space: An International Handbook of Linguistic Variation**. Berlin: de Gruyter Mouton, 2010.
- BARKER, H; BURROWS, S. **Press, Politics and the Public Sphere in Europe and North America, 1760-1820**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- BASTARDAS-BOADA, A. **Sociolinguistics: Towards a Complex Ecological View**. Berlin: Springer, 2012.
- BATESON, G. **Steps to an Ecology of Mind: Collected Essays in Anthropology, Psychiatry, Evolution, and Epistemology**. New York: Ballantine Books, 1972.
- BAUMAN, Z. **Liquid Modernity**. Cambridge: Polity Press, 2000.
- BERGEN, B. K. **Louder than Words: The New Science of how the Mind Makes Meaning**. New York: Basic Books, 2012.
- BOOKCHIN, M. **Toward and Ecological Society**. Montreal: Black Rose Books, 1980.
- CALVET, L. **Towards an Ecology of World Languages**. Cambridge: Polity Press, 2006.
- CHILTON, P. **Analyzing Political Discourse: Theory and Practice**. London: Routledge, 2004.
- DAHLGREN, P. **Television and the Public Sphere: Citizenship, Democracy and the Media**. London: Sage, 1995.
- DORAN, R.; WARD, G.; LARSON, M.; MCNABB, Y.; BAKER, R. A novel experimental paradigm for distinguishing between what is said and what is implicated. **Language**, v. 88, n. 1, p. 124-154, 2012.
- EISENSTADT, S. **Multiple Modernities**. Piscataway, NJ: Transaction, 2002.
- _____. **Comparative Civilizations and Multiple Modernities**. Leiden: Brill, 2003.

- ENFIELD, N. **Human sociality at the heart of language**. Nijmegen: Radboud Universiteit, 2010.
- ENNINGER, W.; HAYNES, L. M. **Studies in Language Ecology** (= Zeitschrift für Dialektologie und Linguistik, Beihefte, Heft 45). Wiesbaden: Franz Steiner Verlag, 1984.
- EUROPEAN CONVENTION (2003) [texts of the Draft Treaty establishing a Constitution for Europe]. Disponível em: <https://bit.ly/3cC4shW>. Acesso em: 20 maio 2020.
- FINKE, P. **Die Ökologie des Wissens**. Freiburg: Alber, 2005.
- GHERVAS, S. **Notes sur les traductions du projet de constitution européenne**. Unpublished ms, 2004.
- _____. Les valeurs de l'Europe: entre l'idéal, le discours et la réalité. In: **Rethinking Democracy**, Kiev, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2MnX0fs>. Acesso em: 20 maio 2020.
- GIORGI, L.; Von HOMEYER, I.; PARSONS, W. (Eds.). **Democracy in the European Union: Towards the Emergence of a Public Sphere**. London: Routledge, 2006.
- GRIPSRUD, J.; MOE, H. (Eds.). **The Digital Public Sphere: Challenges for Media Policy**. Göteborg: Nordicom, 2010.
- GRIPSRUD, J.; MOLANDER, A.; MURDOCK, G. (Eds.). **The Public Sphere** (v. I-IV). London: Sage, 2011.
- HABERMAS, J. **Communication and the Evolution of Society**. Boston, MA: Beacon Press, 1979.
- _____. Modernity – An Incomplete Project. In: FOSTER, H. (Ed.). **Postmodern Culture**. Port Townsend, WA: Bay Press, 1983. p. 3-15.
- _____. **The Theory of Communicative Action**. Cambridge: Polity Press, 1984.
- _____. **The Structural Transformation of the Public Sphere**. Cambridge, MA: MIT Press, 1989. [Original German version: *Strukturwandel der Öffentlichkeit*, 1962]
- HAUGEN, E. **The Ecology of Language**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1972.
- HAWLEY, A. H. **Human Ecology: A Theory of Community Structure**. New York: The Ronald Press Co., 1950.
- KOOPMANS, R.; STATHAM, P. (Eds.). **The Making of a European Public Sphere: Media Discourse and Political Contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- LEVINSON, S. C. **Presumptive meanings**. Cambridge, MA: The MIT Press, 2000.
- MCNAIR, B. **Journalism and Democracy: An Evaluation of the Political Public Sphere**. London: Routledge, 2000.
- MUFWENE, S. S. **The Ecology of Language Evolution**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

- MÜHLHÄUSLER, P. **Linguistic Ecology**: Language Change and Linguistic Imperialism in the Pacific Rim. London: Routledge, 1996.
- ÖSTMAN, J. **Pragmatics as Implicitness**: An Analysis of Question Particles in SolfSwedish, with Implications for the study of Passive Clauses and the Language of Persuasion. Ann Arbor: University Microfilms, 1986.
- PRICE, M. E. **Television, the Public Sphere, and National Identity**. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- SCHNEIDER, K. P.; BARRON, A. (Eds.). **Variational Pragmatics**: A Focus on Regional Varieties in Pluricentric Languages. Amsterdam: John Benjamins, 2008.
- SCOLLON, R. **Analyzing Public Discourse**: Discourse Analysis in the Making of Public Policy. London: Routledge, 2008.
- STEWART, J. **Theory of Culture Change**: The Methodology of Multilinear Evolution. Champaign, IL: University of Illinois Press, 1972.
- THOMPSON, J. B. **Ideology and Modern Culture**: Critical Social Theory in the Era of Mass Communication. Cambridge: Polity Press, 1990.
- _____. **The Media and Modernity**: A Social Theory of the Media. Stanford: Stanford University Press, 1995.
- TRIANDAFYLIDOU, A.; WODAK, R.; KRZYŻANOWSKI, M. (Eds.). **The European Public Sphere and the Media**: Europe in Crisis. New York: Palgrave Macmillan, 2009.
- VAN PARIJS, P. **Linguistic Justice for Europe and for the World**. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- VERSCHUEREN, J. **Understanding Pragmatics**. London: Edward Arnold, 1999.
- _____. Predicaments of criticism. **Critique of Anthropology**, v. 21, n. 1, p. 59-81, 2001.
- _____. Context and structure in a theory of pragmatics. **Studies in Pragmatics**, v. 10, p. 14-24, 2008.
- _____. **Ideology in Language Use**: Pragmatic Guidelines for Empirical Research. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- _____. Markers of Implicit Meaning: A Pragmatic Paradox? **Foreign Language Education and Research**, v. 1, n. 1, p 1-9, 2013.
- VERSCHUEREN, J.; BRISARD, F. Adaptability. In: ÖSTMAN, J; BLOMMAERT, J; VERSCHUEREN, J. (Eds.). **Handbook of Pragmatics**. Amsterdam: John Benjamins, 2002.
- VYGOTSKY, L. S. **Mind in Society**: The Development of Higher Psychological Processes. Cambridge, MA: MIT Press, 1978.
- WAGNER, P. **Modernity**: Understanding the Present. Cambridge: Polity Press, 2012.
- WINCH, P. **The Idea of a Social Science and its Relation to Philosophy**. London: Routledge & Kegan Paul, 1958.

WODAK, R.; KOLLER, V. (Eds.). **Handbook of Communication in the Public Sphere**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008.

WODAK, R.; MEYER, M. (Eds.). **Methods of Critical Discourse Analysis**. London: Sage, 2009.

Artigo enviado em: 20/07/2020. Aprovado em: 08/08/2020.